



ENTRE RIOS E SERTÕES: NAVEGAÇÃO E POVOAMENTO NO NORTE DE GOIÁS (1750-1850)

Between Rivers and Hinterlands: Navigation and Settlement in Northern Goiás (1750–1850)

Entre ríos y sertones: navegación y poblamiento en el Norte de Goiás (1750-1850)

Marcelo Santos Rodrigues¹

Resumo: O artigo analisa a relação entre navegação fluvial e povoamento no Norte de Goiás entre 1750 e 1850, região que posteriormente daria origem ao atual estado do Tocantins. A partir da análise de relatórios administrativos, roteiros de expedições, memórias de viajantes e documentação oficial, investiga-se como os rios Tocantins e Araguaia se converteram em importantes eixos de circulação, comunicação e ocupação territorial. O estudo demonstra que a navegação contribuiu para a expansão da presença colonial, a formação de núcleos populacionais e a integração entre Goiás, Pará e Maranhão, ao mesmo tempo em que revelou os limites da ocupação dos sertões, marcados por conflitos indígenas, dificuldades de circulação e precariedade administrativa.

Palavras-chave: Tocantins. Navegação fluvial. Povoamento. Sertões. Norte de Goiás.

Abstract: This article analyzes the relationship between river navigation and settlement in Northern Goiás between 1750 and 1850, a region that later became the present-day state of Tocantins. Based on administrative reports, expedition accounts, travelers' narratives, and official documents, the study examines how the Tocantins and Araguaia rivers became important routes of circulation, communication, and territorial occupation. The research demonstrates that river navigation contributed to the expansion of colonial presence, the formation of population centers, and the integration of Goiás with Pará and Maranhão. At the same time, it highlights the limits of settlement in the hinterlands, marked by indigenous resistance, transportation difficulties, and administrative fragility.

Keywords: Tocantins. River Navigation. Settlement. Hinterlands. Northern Goiás.

Resumen: El artículo analiza la relación entre la navegación fluvial y el poblamiento del Norte de Goiás entre 1750 y 1850, región que posteriormente daría origen al actual estado de

¹ Doutor em História. Universidade Federal do Tocantins, Prof. de História do Brasil Império, Porto Nacional, Tocantins, Brasil. E-mail: marcelorodrigues@uft.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7685802492506664>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-09648538>.

Tocantins. A partir del análisis de informes administrativos, relatos de expediciones, memorias de viajeros y documentación oficial, se investiga cómo los ríos Tocantins y Araguaia se transformaron en importantes ejes de circulación, comunicación y ocupación territorial. El estudio demuestra que la navegación contribuyó a la expansión de la presencia colonial, a la formación de núcleos poblacionales y a la integración entre Goiás, Pará y Maranhão. Al mismo tiempo, evidencia los límites de la ocupación de los sertones, marcados por conflictos indígenas, dificultades de circulación y fragilidad administrativa.

Palabras clave: Tocantins. Navegación fluvial. Poblamiento. Sertones. Norte de Goiás.

Introdução

A história do povoamento do Norte de Goiás, região que posteriormente daria origem ao estado do Tocantins, esteve profundamente ligada à dinâmica dos rios. Muito além de simples acidentes geográficos ou vias naturais de deslocamento, os rios Tocantins e Araguaia constituíram verdadeiros eixos de circulação, comunicação e ocupação territorial ao longo dos séculos XVIII e XIX. Em suas margens formaram-se aldeamentos, arraiais, presídios, registros e pequenos núcleos populacionais que contribuíram para a consolidação da presença colonial portuguesa nos sertões do interior da América portuguesa.

Durante muito tempo, parte significativa da historiografia goiana privilegiou a mineração como principal elemento explicativo para a ocupação do território. As interpretações clássicas sobre Goiás frequentemente enfatizaram a centralidade da economia aurífera na formação dos arraiais e na expansão da presença colonial para o interior da América portuguesa. Luis Palacín, por exemplo, ao analisar a formação histórica da capitania, destaca a importância da mineração na constituição inicial dos núcleos de povoamento goianos (Palacín; Moraes, 1994). Contudo, estudos mais recentes passaram a problematizar essa interpretação exclusivamente mineradora, destacando a relevância das redes de circulação, da navegação fluvial e das dinâmicas de ocupação dos sertões do Norte goiano (Chaul, 1997).

Nessa perspectiva, o presente artigo dialoga com interpretações que compreendem os rios como elementos estruturadores da ocupação territorial e da integração dos sertões, deslocando a análise da mineração para as dinâmicas de circulação que conectavam diferentes regiões da América portuguesa.

A partir da segunda metade do século XVIII, sobretudo após as iniciativas promovidas pelos governos das capitanias de Goiás e do Pará, a navegação dos rios Tocantins e Araguaia passou gradualmente a ocupar posição estratégica. Isso ocorreu nos projetos de expansão territorial da Coroa portuguesa para o interior da América portuguesa. Em um contexto marcado

pelas dificuldades de circulação terrestre e pela necessidade de fortalecer a presença colonial nos sertões centrais, os caminhos fluviais tornaram-se fundamentais para integrar regiões distantes e ampliar o controle administrativo sobre áreas consideradas periféricas.

Mais do que simples caminhos naturais, Tocantins e Araguaia converteram-se em instrumentos de interiorização do poder colonial. A navegação possibilitou o alargamento das fronteiras administrativas, estimulou a criação de núcleos populacionais e propiciou o crescimento das atividades econômicas em regiões até então caracterizadas pela baixa densidade populacional e pela forte presença indígena. Ao mesmo tempo, revelou os limites da própria ocupação colonial, marcada por dificuldades de comunicação, resistência indígena, precariedade administrativa e instabilidade das rotas fluviais.

Desse modo, o presente artigo busca analisar a relação entre navegação fluvial e povoamento no Norte de Goiás entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Pretende-se compreender de que maneira os projetos de navegação implementados pela Coroa portuguesa e posteriormente pelo governo provincial contribuíram para o domínio do interior, estimulando a formação de povoações e redefinindo as dinâmicas de circulação no interior do Brasil.

Para isso, foram utilizados relatórios de presidentes de província, roteiros de expedições, memórias de viajantes, documentação administrativa e periódicos publicados em Goiás no século XIX. Especialmente o *Correio Oficial*, que recuperava documentos históricos relacionados à disputa territorial e à navegação nos rios Tocantins e Araguaia. A análise dessas fontes permite compreender os rios não apenas como espaços de deslocamento, mas como agentes centrais no processo de construção histórica do território tocaninense.

Nos últimos anos, a historiografia produzida sobre o Tocantins tem ampliado significativamente suas abordagens sobre o antigo norte goiano, incorporando discussões relacionadas à circulação fluvial, territorialidades indígenas, formação regional e dinâmicas de ocupação dos sertões. Entretanto, como observa Mauro Sérgio Lima Oliveira (2020), ainda persistem lacunas importantes nos estudos históricos sobre a região, sobretudo no que diz respeito às múltiplas formas de articulação territorial e às experiências sociais construídas em torno dos rios Tocantins e Araguaia (Oliveira, 2020).

Metodologicamente, o artigo articula análise documental e reflexão historiográfica a partir de diferentes conjuntos de fontes produzidas entre os séculos XVIII e XIX. Os relatórios

administrativos, roteiros de expedições, memórias de viajantes e documentos oficiais foram examinados não apenas como registros descritivos da navegação e da ocupação territorial, mas também como produções discursivas vinculadas aos projetos coloniais e imperiais de domínio sobre os sertões do interior.

Os periódicos e compilações documentais consultados permitem compreender como a navegação dos rios Tocantins e Araguaia foram progressivamente incorporados às representações políticas e administrativas sobre o Norte de Goiás. Desse modo, a análise busca interpretar os rios não apenas como elementos naturais da paisagem, mas como estruturas históricas fundamentais na circulação, no povoamento e na formação territorial da região que posteriormente constituiria o estado do Tocantins.

A opção por trabalhar com relatórios administrativos, roteiros de expedições, memórias de viajantes e documentação oficial fundamenta-se na compreensão de que tais registros constituem não apenas fontes de informação sobre a navegação e o povoamento. Eles também são expressões dos projetos políticos de ocupação e controle territorial formulados pelas autoridades coloniais e imperiais. Como toda documentação produzida pelo poder público, esses documentos carregam interesses específicos, expectativas administrativas e representações particulares sobre os sertões e seus habitantes.

Nesse sentido, os relatórios e correspondências oficiais foram analisados de forma crítica, considerando tanto as informações que fornecem acerca da circulação fluvial, da fundação de povoações e das dificuldades de comunicação quanto os silêncios, ausências e estratégias discursivas presentes em sua elaboração. A mesma perspectiva orienta a utilização dos relatos de viajantes e exploradores, frequentemente marcados por visões civilizatórias e por interpretações construídas a partir da experiência da expansão colonial sobre os territórios indígenas.

Os periódicos históricos consultados, especialmente aqueles que reproduziram documentos administrativos e memórias sobre a navegação dos rios Tocantins e Araguaia, foram utilizados não apenas como repositórios documentais, mas também como espaços de construção de narrativas sobre a ocupação do Norte goiano. Dessa forma, a pesquisa procura articular diferentes conjuntos documentais, confrontando informações e interpretações com a produção historiográfica especializada, de modo a compreender a navegação fluvial como fenômeno histórico complexo, inserido nos processos de formação territorial e de interiorização do poder colonial na América portuguesa.

Rios, sertões e fronteira colonial

A ocupação do território goiano ao longo do século XVIII esteve diretamente relacionada à expansão das fronteiras coloniais portuguesas em direção ao interior da América portuguesa. Tradicionalmente associada à mineração aurífera e às bandeiras paulistas, essa expansão produziu novas formas de circulação, exploração econômica e organização territorial que ultrapassavam os limites das áreas mineradoras. No Norte da capitania, especialmente nas regiões banhadas pelos rios Tocantins e Araguaia, os sertões passaram gradualmente a integrar os projetos coloniais de ocupação e controle da Coroa portuguesa.

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem revisado criticamente interpretações tradicionais que associavam os sertões apenas ao isolamento, à dispersão populacional ou à marginalidade econômica. Em diálogo com essa renovação historiográfica, Maria Odila Leite da Silva Dias demonstrou que a expansão colonial para o interior da América portuguesa esteve profundamente vinculada aos processos de circulação, comunicação e interiorização das estruturas administrativas da monarquia. Nessa perspectiva, os sertões não constituíam espaços externos à dinâmica colonial, mas regiões progressivamente incorporadas às redes de articulação política e econômica do Império português.

Essa interpretação aproxima-se das reflexões de Antônio Carlos Robert Moraes acerca da formação territorial brasileira. Para o autor, o território deve ser compreendido como construção histórica resultante da ação de diferentes agentes sociais e dos projetos estatais de ocupação, circulação e controle do espaço. Os caminhos, as rotas comerciais, os sistemas de comunicação e os mecanismos administrativos desempenharam papel fundamental nesse processo, transformando áreas consideradas periféricas em espaços integrados às estratégias de expansão do poder colonial.

No caso de Goiás, Nasr Fayad Chaul contribuiu para relativizar antigas interpretações que associavam a história regional exclusivamente ao ciclo da mineração e à posterior decadência econômica. Seus estudos evidenciam a permanência de circuitos de circulação e formas de integração que continuaram articulando diferentes regiões da província mesmo após o declínio da produção aurífera. A partir dessa perspectiva, os rios Tocantins e Araguaia podem ser compreendidos não apenas como elementos naturais da paisagem, mas como estruturas históricas que favoreceram deslocamentos, intercâmbios econômicos e projetos de ocupação territorial nos sertões do Norte goiano.

A própria noção de fronteira utilizada neste estudo afasta-se de interpretações que a compreendem apenas como limite geográfico ou linha de separação entre territórios. Conforme argumenta Moraes (2002), as fronteiras da América portuguesa constituíam espaços dinâmicos de expansão da soberania, circulação de populações e construção territorial. Tratava-se de áreas em permanente transformação, onde projetos estatais de ocupação, interesses econômicos e diferentes experiências sociais se entrecruzavam na produção de novas territorialidades.

Sob essa perspectiva, os sertões do Norte de Goiás podem ser compreendidos como uma fronteira colonial em movimento. Eles foram marcados pela presença de populações indígenas, pela instalação de aldeamentos e presídios, pela abertura de rotas fluviais e pela ampliação gradual das estruturas administrativas da Coroa portuguesa. Mais do que uma periferia distante dos centros de poder, a região constituiu um espaço estratégico para os projetos de integração territorial desenvolvidos ao longo dos séculos XVIII e XIX (Moraes, 2002).

Para Maria Odila Leite da Silva Dias, o processo de interiorização da metrópole esteve diretamente relacionado à expansão das redes de circulação e às múltiplas formas de integração econômica e administrativa que conectavam diferentes regiões da colônia. De modo semelhante, Sérgio Buarque de Holanda, ao analisar as monções e os caminhos fluviais do interior paulista, demonstrou que os rios desempenharam papel central na expansão das fronteiras coloniais e na construção das conexões entre áreas distantes da América portuguesa.²

No caso do Norte de Goiás, os rios Tocantins e Araguaia assumiram funções semelhantes. Em uma região marcada pelas dificuldades de circulação terrestre, pelas grandes distâncias e pela limitada presença administrativa da Coroa, os caminhos fluviais tornaram-se fundamentais para o avanço das expedições, o deslocamento de mercadorias e a consolidação dos projetos de ocupação territorial. Assim, compreender o povoamento do Norte goiano exige deslocar o olhar da mineração como eixo exclusivo da ocupação e incorporar a navegação como elemento estruturador da dinâmica histórica regional.

Essa perspectiva tem sido reforçada por estudos recentes dedicados especificamente à história do rio Tocantins e das formas de ocupação do antigo Norte goiano. Ao investigar os usos sociais e históricos do rio, Flores (2016) demonstra que a navegação não pode ser compreendida apenas como mecanismo de transporte ou circulação econômica. O Tocantins

² As monções correspondiam às expedições fluviais organizadas entre São Paulo e as regiões mineradoras do Centro-Oeste durante os séculos XVIII e XIX, desempenhando importante papel na circulação de mercadorias, pessoas e informações no interior da América portuguesa. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

constituiu uma estrutura organizadora da vida regional, articulando populações, práticas de trabalho, formas de sociabilidade e redes de comunicação que conectavam localidades dispersas ao longo de seu curso.

Nessa interpretação, os rios assumem papel ativo na construção histórica do território. Mais do que elementos naturais da paisagem, Tocantins e Araguaia condicionavam deslocamentos, influenciavam escolhas de ocupação, favoreciam a circulação de mercadorias e contribuía para a formação de núcleos populacionais. Tal abordagem permite compreender a navegação como parte integrante dos processos de territorialização e interiorização do poder colonial, ampliando as possibilidades de interpretação sobre a formação histórica do Norte de Goiás (Flores, 2016).

Ao privilegiar os rios como objetos de análise histórica, essa renovação historiográfica tem contribuído para deslocar a atenção dos tradicionais centros mineradores para as dinâmicas de circulação e ocupação dos sertões. Nesse sentido, a história da navegação fluvial oferece uma perspectiva privilegiada para compreender a constituição territorial da região que posteriormente daria origem ao estado do Tocantins.

Durante muito tempo, parte significativa da historiografia atribuiu à descoberta do ouro o papel central no povoamento de Goiás. De fato, a mineração foi decisiva para a formação de arraiais e para a interiorização da presença colonial. Contudo, limitar a ocupação do território goiano exclusivamente ao ciclo aurífero significa ignorar outras dinâmicas igualmente importantes, sobretudo aquelas relacionadas à circulação fluvial e às estratégias de integração dos sertões do Norte da capitania.

Os rios Tocantins e Araguaia desempenharam papel fundamental nesse processo. Muito além de acidentes geográficos, constituíam caminhos naturais que possibilitavam deslocamentos, contatos comerciais e comunicação entre regiões distantes. Em uma capitania marcada pelas enormes distâncias, pela precariedade das estradas e pela dificuldade de circulação terrestre, os rios tornaram-se elementos centrais para a ocupação do interior.

As primeiras expedições bandeirantes que alcançaram Goiás evidenciam a importância dessas vias fluviais. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, bandeiras provenientes de São Paulo avançaram pelos sertões centrais em busca de indígenas para escravização e de metais preciosos. Nesse contexto, os rios funcionavam como referências geográficas indispensáveis

para a orientação das expedições e para a sobrevivência nos sertões ainda pouco conhecidos pela administração colonial.

Os relatos sobre as viagens de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, revelam as dificuldades enfrentadas pelos expedicionários e demonstram a relevância dos cursos fluviais para o deslocamento e fixação das primeiras ocupações. Em 1725, José Peixoto da Silva Braga descreveu a travessia do rio Meia Ponte e as dificuldades de navegação e abastecimento enfrentadas pela bandeira. Posteriormente, já nas proximidades do Tocantins, as tensões internas da expedição levaram à divisão do grupo, enquanto parte dos homens desceu o rio em pequenas embarcações improvisadas. Esses relatos demonstram que a experiência da ocupação colonial no interior estava profundamente vinculada aos rios e à tentativa de dominar suas rotas de circulação.

Ao mesmo tempo, a expansão colonial sobre o Norte de Goiás ocorreu em meio a intensos conflitos com diferentes populações indígenas. A ocupação das margens dos rios Tocantins e Araguaia implicou confrontos constantes com grupos indígenas que habitavam essas regiões muito antes da chegada das expedições coloniais. A própria política indigenista implementada pela Coroa portuguesa buscava transformar aldeamentos e missões em instrumentos de fixação populacional e controle territorial, sobretudo em áreas consideradas estratégicas para a navegação e para a comunicação entre as capitanias.

O sertão, contudo, não deve ser compreendido como espaço vazio ou isolado da dinâmica colonial³. O próprio conhecimento de sertão constituía uma construção política e administrativa produzida pela experiência da expansão territorial portuguesa. Tratava-se de um espaço percebido simultaneamente como fronteira, área de circulação e território a ser incorporado ao domínio colonial. No caso do Norte de Goiás, os sertões do Tocantins e Araguaia eram atravessados por expedições, rotas comerciais, aldeamentos indígenas e projetos de ocupação promovidos pela Coroa portuguesa.

Os estudos recentes sobre o rio Tocantins têm demonstrado que o Norte goiano manteve importantes formas de circulação e comunicação ao longo do século XIX. Kátia Maia Flores, ao analisar os usos sociais do rio Tocantins, destaca que a navegação fluvial articulava diferentes núcleos populacionais e possibilitava redes de integração regional que relativizam a tradicional interpretação do isolamento absoluto dos sertões do interior (Flores, 2016).

³ A noção de sertão possui forte dimensão histórica e política, variando conforme os projetos de ocupação territorial e as formas de percepção do interior na experiência colonial brasileira. Sobre o tema, ver: LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

A recente historiografia tocantinense também tem ressaltado as especificidades históricas e territoriais do antigo norte goiano, reforçando a necessidade de compreender a região para além das interpretações tradicionais sobre isolamento e periferia.

A navegação fluvial desempenhou papel decisivo nesse processo de transformação do sertão em território progressivamente integrado às estruturas coloniais. Os rios permitiam não apenas a circulação de pessoas e mercadorias, mas também a ampliação do conhecimento geográfico, a produção de mapas, a instalação de presídios e a expansão dos mecanismos administrativos da capitania.

A presença dos rios também favoreceu o surgimento gradual de arraiais e pequenos núcleos populacionais ao longo do século XVIII. Localidades como Natividade, São Félix, Conceição, Arraias e Porto Real surgiram em regiões conectadas, direta ou indiretamente, aos circuitos fluviais que atravessavam o Norte da capitania. Embora muitos desses povoados estivessem inicialmente relacionados à mineração, sua permanência e expansão dependeram igualmente das possibilidades de circulação comercial e comunicação proporcionadas pelos rios.

Nesse sentido, os sertões do Norte goiano não podem ser compreendidos como espaços isolados ou vazios. Tratava-se de territórios atravessados por caminhos fluviais, expedições, rotas comerciais, conflitos e projetos de ocupação promovidos pela Coroa portuguesa. Os rios Tocantins e Araguaia constituíram verdadeiros eixos estruturadores da expansão colonial, contribuindo para integrar regiões distantes e redefinir as formas de ocupação do interior da América portuguesa.

Navegação e política colonial no Tocantins e Araguaia

A partir da segunda metade do século XVIII, a navegação dos rios Tocantins e Araguaia passou gradualmente a ocupar posição estratégica nos projetos de expansão e integração territorial da Coroa portuguesa. Em uma região marcada pelas enormes distâncias, pela precariedade das estradas terrestres e pela limitada presença administrativa do Estado colonial, os rios converteram-se em importantes instrumentos de circulação, abastecimento e comunicação entre o interior da América portuguesa e as capitanias do Norte.

O interesse da administração colonial pela navegação fluvial esteve diretamente relacionado à necessidade de fortalecer o controle sobre os sertões do Norte de Goiás. Mais do

que simples iniciativas econômicas, os projetos de navegação integravam uma política de expansão administrativa que buscava ampliar a presença portuguesa em áreas consideradas periféricas e vulneráveis. Nesse contexto, os rios Tocantins e Araguaia passaram a ser percebidos como caminhos estratégicos para integrar Goiás ao Pará e ao Maranhão, facilitando tanto o comércio quanto a circulação de informações e autoridades.

A interpretação dessas iniciativas exige compreender a navegação para além de seus aspectos econômicos imediatos. Conforme argumenta Moraes (2002), a expansão territorial da colonização portuguesa esteve diretamente associada à criação de mecanismos capazes de integrar, controlar e administrar espaços considerados distantes dos principais centros de poder. Nesse contexto, os rios assumiam importância estratégica, pois permitiam não apenas a circulação de mercadorias, mas também a projeção da autoridade estatal sobre áreas de ocupação rarefeita.

De modo semelhante, Dias (2005) observa que a interiorização da presença portuguesa ocorreu por meio da constituição de redes de comunicação e circulação que aproximavam diferentes regiões da América portuguesa. A abertura de rotas fluviais, a instalação de registros e presídios e a realização de expedições de reconhecimento integravam esse movimento mais amplo de incorporação dos sertões às estruturas administrativas da monarquia. Sob essa perspectiva, os projetos de navegação dos rios Tocantins e Araguaia podem ser compreendidos como parte de uma política de territorialização voltada para a ampliação do domínio colonial sobre o interior.

Ainda na primeira metade do século XVIII, a Coroa portuguesa demonstrava preocupação com o controle da navegação na região. A Carta Régia de 1730 determinou o fechamento dos rios Tocantins e Araguaia à navegação, buscando impedir o contrabando de ouro proveniente das minas goianas. A medida evidencia que as rotas fluviais já desempenhavam papel relevante na circulação colonial, tornando-se alvo direto da administração metropolitana.

A preocupação da Coroa portuguesa com a navegação fluvial revela-se explicitamente nas determinações régias encaminhadas aos governadores das capitanias do Norte. Em 12 de maio de 1798, as Cartas Régias ordenavam que se promovesse “com atividade, zelo e constância a exploração dos rios”, atribuindo ao governo de Goiás a responsabilidade pela exploração dos rios Tocantins e Araguaia. A linguagem empregada pela administração

metropolitana evidencia que os rios eram percebidos como espaços estratégicos para a ampliação do domínio colonial e para a integração dos sertões centrais da América portuguesa.⁴

O interesse demonstrado pela Coroa portuguesa deve ser compreendido no contexto das transformações políticas e administrativas observadas no final do século XVIII. Em diferentes regiões da América portuguesa, a administração metropolitana procurava ampliar seu conhecimento sobre o território e fortalecer mecanismos de controle sobre áreas consideradas estratégicas para a circulação e para a defesa das fronteiras internas. Nesse cenário, a exploração dos rios Tocantins e Araguaia assumia importância particular, pois oferecia a possibilidade de conectar Goiás às capitanias do Pará e Maranhão, reduzindo custos de transporte e ampliando a capacidade de intervenção administrativa sobre os sertões (Moraes, 2002; Dias, 2005).

A determinação evidencia que a navegação fluvial era percebida pela Coroa portuguesa como instrumento de circulação econômica, ampliação administrativa e fortalecimento da presença colonial nos sertões centrais da América portuguesa.

Ao mesmo tempo, a documentação demonstra que a navegação não se limitava à circulação econômica. Nos Annaes da Província de Goyaz, Alencastre afirmava que as expedições enviadas ao Araguaia tinham como missão “explorar os rios e estabelecer uma comunicação regular com a capital do Pará”. A comunicação fluvial aparecia, portanto, como instrumento político de articulação regional e fortalecimento da autoridade colonial sobre regiões ainda marcadas pela fragilidade da ocupação portuguesa.

A navegação dos rios Tocantins e Araguaia integrava um amplo sistema de circulação interior que articulava Goiás às capitanias do Pará e Maranhão. Conforme observa Kátia Maia Flores, o rio Tocantins desempenhou historicamente importante função de integração regional, conectando populações, mercadorias e experiências sociais ao longo do interior da América portuguesa (Flores, 2016).

Ao comentar essas iniciativas, o Correio Oficial de Goiás, ao recuperar documentos coloniais no início do século XX, afirmava que o objetivo da administração portuguesa consistia em “explorar os rios e estabelecer uma comunicação regular com a capital do Pará”. A preocupação com a comunicação fluvial demonstra que os sertões do Norte passaram

⁴ Carta Régia de 12 de maio de 1798. Apud: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Annaes da Província de Goyaz. Goiânia: SUDECO, 1979, p. 26.

gradualmente a ocupar lugar estratégico nas políticas de circulação e administração do território colonial.

As expedições organizadas pela administração portuguesa evidenciam esse esforço de integração. Em 1773, o governador José de Almeida Vasconcellos organizou uma expedição destinada a estabelecer comunicação entre Goiás e o Pará pelo rio Tocantins. Segundo Antônio Ladislau Monteiro de Baena, a iniciativa pretendia obter “um conhecimento positivo da possibilidade da comunicação com o Pará pelo Tocantins”. A viagem percorreu centenas de léguas, produzindo roteiros detalhados sobre cachoeiras, canais, ilhas, rios afluentes e pontos de navegação, revelando o interesse da Coroa em mapear e dominar os caminhos fluviais do interior.

A produção desses roteiros e descrições fluviais revela que a navegação não possuía apenas finalidade comercial ou militar. As expedições enviadas aos rios Tocantins e Araguaia também desempenhavam importante função de reconhecimento geográfico e produção de conhecimento sobre os sertões do interior. Ao registrar cachoeiras, canais, ilhas, distâncias e pontos de desembarque, a administração colonial buscava transformar espaços ainda pouco conhecidos em territórios progressivamente inteligíveis ao poder metropolitano.

Nesse sentido, navegar significava igualmente conhecer e ordenar o território. Os rios convertiam-se em instrumentos de mapeamento e domínio colonial, permitindo à administração portuguesa ampliar informações sobre áreas consideradas estratégicas para a expansão da circulação e da ocupação territorial. A navegação fluvial participava, assim, da própria construção administrativa do espaço colonial no Norte de Goiás.

Essas expedições não possuíam apenas finalidade exploratória. A navegação exigia proteção militar, conhecimento geográfico e pontos permanentes de apoio ao longo dos rios. Por essa razão, a administração colonial passou a incentivar a construção de registros, presídios e pequenos estabelecimentos destinados a proteger os navegantes e garantir a presença do poder colonial nas margens fluviais.

Em 1802, durante o governo de D. João Manoel de Menezes, Braz Martinho de Almeida recebeu a missão de fundar um Registro no rio Araguaia. Conforme registraram Silva e Souza, o governo “fez erigir um Registro ou Presídio na carreira do Araguaia entre a Barra do Itacayuna e o Tocantins”. A instalação desses estabelecimentos demonstra que a navegação fluvial estava profundamente associada ao domínio sobre o interior e à militarização dos sertões.

Os registros e presídios constituíam elementos centrais da materialização do poder colonial nos sertões. Mais do que simples estruturas de apoio à navegação, representavam a presença concreta da administração portuguesa em regiões onde a autoridade da Coroa ainda se encontrava em processo de consolidação. Através desses estabelecimentos, buscava-se controlar fluxos de pessoas e mercadorias, garantir a segurança das rotas fluviais e produzir formas permanentes de ocupação territorial. Nesse sentido, a navegação e a implantação de estruturas administrativas integravam um mesmo projeto político de expansão da soberania colonial sobre o interior da América portuguesa (Moraes, 2002).

Ao descrever as iniciativas de ocupação das margens do Araguaia, Silva e Souza registravam:

Fez erigir um Registro ou Presídio na carreira do Araguaia entre a Barra do Itacayuna e o Tocantins, para segurança dos navegantes, conservação do comércio e defesa contra os gentios que infestavam aquelas passagens⁵.

A documentação demonstra que os presídios fluviais não possuíam apenas função militar. Esses estabelecimentos integravam uma política mais ampla de consolidação da presença colonial sobre os sertões do Norte goiano, articulando proteção da navegação, circulação comercial e ampliação do controle administrativo sobre regiões consideradas estratégicas pela Coroa portuguesa.⁶

Os presídios e registros funcionavam como pontos de proteção das rotas comerciais e de afirmação da autoridade colonial em regiões ainda marcadas pela forte presença indígena e pela limitada atuação administrativa da Coroa. Mais do que estruturas militares, esses núcleos contribuíam para estimular o surgimento de povoações e consolidar a ocupação das margens dos rios.

A instalação de registros e presídios nas margens do Tocantins e Araguaia revela que a navegação fluvial possuía dimensão profundamente política. Esses estabelecimentos não se destinavam apenas à proteção das embarcações ou ao apoio logístico das expedições.

⁵ SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. O descobrimento da Capitania de Goyaz. Goiânia: UFG, 1978, p. 26.

⁶ Os presídios coloniais instalados em áreas de fronteira desempenhavam simultaneamente funções militares, administrativas e econômicas, atuando como instrumentos de vigilância territorial e proteção das rotas de circulação nos sertões da América portuguesa.

Funcionavam igualmente como instrumentos de afirmação da autoridade colonial em regiões onde a presença efetiva da Coroa permanecia limitada.

Ao ocupar estrategicamente determinados pontos das rotas fluviais, a administração portuguesa buscava consolidar formas permanentes de vigilância e controle sobre os sertões do Norte. Os rios tornavam-se, assim, espaços de exercício do poder colonial. A navegação articulava circulação econômica, ocupação militar e expansão administrativa, integrando progressivamente territórios até então considerados periféricos à lógica de funcionamento da colonização portuguesa.

Nesse sentido, a navegação dos rios Tocantins e Araguaia deve ser compreendida como parte de um amplo projeto de interiorização do poder colonial. Os rios deixaram de representar apenas obstáculos naturais ou caminhos ocasionais de exploração para se converterem em eixos permanentes de circulação, ocupação e integração territorial do Norte de Goiás.

Os projetos de navegação implementados pela administração portuguesa produziram impactos que ultrapassavam os objetivos militares e administrativos inicialmente pretendidos pela Coroa. Ao estimular a circulação fluvial e consolidar rotas permanentes de deslocamento, essas iniciativas contribuíram diretamente para o surgimento de povoações e para a redefinição das formas de ocupação do Norte goiano.

Navegação, povoamento e formação de núcleos populacionais

O avanço da navegação nos rios Tocantins e Araguaia contribuiu diretamente para o processo de ocupação do Norte de Goiás ao longo do século XVIII e início do XIX. A abertura de rotas fluviais, a organização de expedições e a construção de presídios e registros estimularam a formação de núcleos populacionais em áreas até então caracterizadas pela dispersão demográfica e pela forte presença indígena.

A ocupação das margens fluviais esteve associada não apenas à circulação econômica, mas também às estratégias de consolidação territorial implementadas pela administração colonial. A relação entre navegação e povoamento não se restringia à utilização dos rios como vias de deslocamento.

Em diferentes regiões da América portuguesa, os cursos fluviais atuaram como elementos estruturadores da ocupação territorial, condicionando a localização de povoações, a circulação de mercadorias e a instalação de mecanismos administrativos. Conforme observa Moraes (2002), os processos de formação territorial estiveram profundamente vinculados à

construção de redes de circulação capazes de conectar espaços dispersos e garantir a presença efetiva do poder colonial sobre áreas de fronteira.

No Norte de Goiás, essa dinâmica revelou-se particularmente importante. A limitada infraestrutura terrestre fazia dos rios Tocantins e Araguaia os principais eixos de articulação regional, favorecendo a concentração de atividades econômicas e o surgimento de núcleos populacionais em suas margens ou em áreas diretamente conectadas às rotas fluviais. A ocupação do território acompanhava, portanto, os caminhos da circulação, transformando os rios em vetores fundamentais do povoamento regional.

Em uma região marcada pelas dificuldades de deslocamento terrestre, os rios funcionavam como verdadeiros corredores de integração, permitindo o surgimento de arraiais, pontos de apoio à navegação e pequenas povoações voltadas ao abastecimento das expedições e ao comércio regional.

A ocupação do Norte goiano desenvolveu-se de maneira profundamente vinculada à lógica da circulação fluvial. Diferentemente de outras regiões da colonização portuguesa, nas quais as estradas terrestres desempenharam papel predominante, no Tocantins colonial os rios organizaram os ritmos da expansão territorial e da fixação populacional. O povoamento acompanhava as margens fluviais, estruturando-se em torno de pontos de travessia, áreas de abastecimento, registros e pequenos estabelecimentos de apoio à navegação.

A centralidade dos rios Tocantins e Araguaia ultrapassava os limites da circulação econômica e administrativa. Os caminhos fluviais organizavam formas específicas de trabalho, deslocamento, abastecimento e sociabilidade ao longo do interior do Norte goiano. A experiência histórica das populações ribeirinhas esteve profundamente vinculada à dinâmica dos rios, que estruturavam ritmos de circulação e ocupação territorial nos sertões centrais da América portuguesa.

A historiografia recente tem destacado que os rios não apenas conectavam localidades, mas também produziam formas específicas de organização social. As populações estabelecidas ao longo das margens do Tocantins desenvolveram práticas econômicas, experiências de mobilidade e relações de sociabilidade profundamente condicionadas pela dinâmica fluvial. Nesse sentido, a ocupação do Norte goiano não pode ser compreendida apenas como resultado de decisões administrativas ou interesses econômicos, mas também como fruto da interação

cotidiana entre grupos humanos e os ambientes ribeirinhos que estruturavam a vida regional (Flores, 2016).

Como observa Kátia Maia Flores (2016), a relação histórica entre as populações ribeirinhas e o rio Tocantins ultrapassava os limites da simples circulação econômica, constituindo formas específicas de sociabilidade, trabalho e ocupação do espaço. Segundo a autora, os rios atuavam como elementos estruturadores da vida social e da integração regional no interior do Norte goiano, organizando práticas cotidianas e redes de comunicação entre diferentes núcleos populacionais (Flores, 2016).

Pode-se afirmar, portanto, que a navegação produziu formas específicas de ocupação do território. Os rios não apenas conectavam povoações já existentes, mas estimulavam diretamente o surgimento de novos núcleos populacionais. Em torno das rotas fluviais desenvolveram-se relações comerciais, atividades de abastecimento e mecanismos de circulação que contribuíram para reduzir parcialmente o isolamento histórico dos sertões do Norte goiano.

Desse modo, Tocantins e Araguaia atuavam como eixos de articulação regional, pois em torno de suas rotas se organizaram atividades econômicas, deslocamentos populacionais, postos militares e redes de abastecimento que redefiniram as formas de ocupação do sertão.

A formação de povoações nas margens fluviais evidencia essa lógica de ocupação. Os rios condicionavam não apenas os deslocamentos, mas também a localização dos arraiais, a circulação comercial e os próprios mecanismos de administração da capitania. Em uma região marcada pela fragilidade das comunicações terrestres, controlar os rios significava ampliar a capacidade de circulação de mercadorias, informações e autoridades pelos sertões do Norte.

Localidades como Natividade, São Félix, Conceição, Arraias e Porto Real surgiram em áreas articuladas aos circuitos de circulação fluvial que atravessavam o Norte da capitania. Embora parte desses núcleos estivesse inicialmente ligada à mineração, sua permanência e crescimento dependeram das conexões comerciais estabelecidas pelos rios Tocantins e Araguaia. A própria dinâmica da ocupação territorial passou gradualmente a acompanhar os caminhos da navegação.

A consolidação desses núcleos de povoamento produziu efeitos que ultrapassaram os objetivos imediatos da administração colonial. Ao longo do tempo, as localidades articuladas pelos rios Tocantins e Araguaia passaram a constituir uma rede regional relativamente integrada, compartilhando fluxos comerciais, experiências de circulação e formas de

organização social que contribuíram para conferir identidade própria ao antigo Norte goiano. Embora a criação do estado do Tocantins somente ocorresse no final do século XX, muitos dos elementos que sustentariam posteriormente a construção de uma identidade regional já estavam presentes nos circuitos de ocupação estruturados pela navegação fluvial.

Sob essa perspectiva, os rios desempenharam papel decisivo não apenas na formação de povoações isoladas, mas também na constituição de uma espacialidade histórica específica. A articulação entre circulação, povoamento e integração regional favoreceu a emergência de vínculos que, ao longo dos séculos, contribuíram para diferenciar o Norte goiano de outras regiões da província de Goiás, constituindo um dos fundamentos históricos da formação territorial tocantinense.

Ao tratar da formação territorial de Goiás, Palacín observou que a região situada entre o rio Tocantins e a Bahia apresentava povoados dispersos, concentrados em núcleos como Arraias, Natividade e Porto Real, enquanto vastas áreas permaneciam pouco ocupadas. Essa característica revela que a ocupação do Norte goiano ocorreu de maneira lenta e profundamente condicionada pelas possibilidades de circulação oferecidas pelos rios e pelos caminhos sertanejos.

As iniciativas da administração colonial contribuíram para intensificar esse movimento. Em 1776, após alcançar a Ilha do Bananal, a expedição organizada pelo governo de Goiás fundou um presídio às margens do rio Araguaia. A construção desses estabelecimentos possuía função estratégica: proteger navegantes, garantir a presença militar da Coroa e estimular a fixação populacional em regiões consideradas vulneráveis.

A própria documentação colonial associava explicitamente navegação e povoamento. Ao comentar a criação de registros no rio Araguaia, Silva e Souza afirmavam que essas iniciativas tinham como objetivo “explorar os rios e estabelecer uma comunicação regular com a capital do Pará”. A abertura de rotas comerciais e administrativas fortalecia a integração entre regiões distantes e favorecia a circulação de mercadorias, pessoas e informações.

No final do século XVIII, o crescimento das expedições comerciais pelo Tocantins e Araguaia reforçou ainda mais esse processo. Em movimento inverso ao tradicional eixo litoral-interior, embarcações provenientes de Goiás passaram a descer os rios em direção ao Pará, transportando diferentes gêneros comerciais. Esse fluxo fluvial contribuiu para inserir o Norte

goiano em circuitos econômicos mais amplos, reduzindo parcialmente o isolamento histórico da região.

A navegação também estimulou a formação de pontos permanentes de apoio ao longo das rotas fluviais. Registros, presídios e pequenos estabelecimentos acabavam atraindo comerciantes, soldados, trabalhadores livres, religiosos e populações pobres em busca de oportunidades econômicas. Em muitos casos, esses núcleos constituíram os primeiros passos para a consolidação de povoações permanentes nas margens dos rios.

Todavia, a ocupação do Norte goiano permaneceu marcada por dificuldades de circulação, conflitos indígenas e instabilidade das rotas fluviais, revelando os limites da integração colonial nos sertões do interior.

Mais do que simples vias naturais de deslocamento, os rios atuaram como agentes estruturadores da ocupação territorial. Através deles circularam expedições, mercadorias, autoridades, missionários, militares e diferentes grupos populacionais que contribuíram para a formação histórica da região que posteriormente se tornaria o estado do Tocantins.

Os limites da ocupação dos sertões do Norte goiano

Apesar dos esforços promovidos pela administração colonial e posteriormente pelo governo provincial para estimular a navegação e consolidar a ocupação do Norte de Goiás, a integração efetiva dos sertões esteve longe de ocorrer de maneira linear ou plenamente estável. As dificuldades de circulação, a precariedade administrativa, os conflitos indígenas e os obstáculos naturais impostos pelos próprios rios revelam os limites da presença colonial na região ao longo do século XVIII e parte do XIX.

A própria existência desses obstáculos revela que a incorporação dos sertões às estruturas coloniais esteve longe de constituir um processo homogêneo ou plenamente consolidado. Conforme observa Moraes (2002), a formação territorial brasileira caracterizou-se por avanços desiguais e pela coexistência de áreas submetidas a diferentes graus de controle estatal. Em muitas regiões do interior, a presença efetiva da administração colonial permanecia limitada, dependendo de sucessivas iniciativas de ocupação, reconhecimento geográfico e fortalecimento das redes de circulação.

No caso do Norte de Goiás, a navegação representava simultaneamente uma possibilidade de integração e uma demonstração das fragilidades do domínio colonial. As dificuldades enfrentadas pelas expedições, a precariedade das comunicações e a instabilidade

das rotas fluviais evidenciam que a territorialização da região permaneceu marcada por incertezas e desafios permanentes no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

A navegação nos rios Tocantins e Araguaia permanecia marcada por enormes desafios. Cachoeiras, corredeiras, variações sazonais do volume das águas e longas distâncias dificultavam a circulação regular de embarcações. Muitas expedições enfrentavam problemas de abastecimento, doenças e perdas materiais durante as viagens pelos sertões do interior. Os relatos das expedições organizadas pela administração portuguesa frequentemente registravam as dificuldades de deslocamento e os riscos permanentes impostos pelas rotas fluviais.

Ao narrar a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, José Peixoto da Silva Braga descreveu os sofrimentos enfrentados pelos integrantes da bandeira durante a travessia dos rios e sertões goianos. Segundo o relato, os expedicionários avançavam “com muitos trabalhos e perigos pelas muitas águas e fomes”, evidenciando a precariedade das condições de circulação no interior da colônia. A própria sobrevivência das expedições dependia frequentemente da improvisação de pequenas embarcações, da pesca e da abertura de caminhos temporários ao longo das margens fluviais.

Os relatos produzidos sobre as primeiras expedições aos sertões goianos evidenciam as dificuldades da circulação fluvial no interior da colônia. Ao narrar a travessia realizada pela bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, José Peixoto da Silva Braga registrava:

Seguimos caminho com muitos trabalhos e perigos pelas muitas águas e fomes, padecendo os homens grandes necessidades, porque os rios dificultavam as passagens e muitas vezes se fazia necessário fabricar canoas para prosseguir a viagem⁷.

A descrição evidencia que a navegação pelos rios do Norte goiano estava longe de representar circulação fácil ou plenamente organizada. Os cursos fluviais funcionavam simultaneamente como caminhos de integração e espaços marcados pela precariedade, pelo risco e pela instabilidade.

Os conflitos com grupos indígenas constituíam outro elemento central das dificuldades enfrentadas pela ocupação colonial. Entretanto, interpretar esses conflitos apenas como obstáculos à expansão colonial significaria reproduzir a perspectiva presente em grande parte

⁷ BRAGA, José Peixoto da Silva. Relato da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva. In: Memórias Goianas do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia: IHGG, s/d, p. 34.

da documentação administrativa produzida pela própria Coroa portuguesa. A historiografia recente tem demonstrado que os povos indígenas desempenharam papel ativo na configuração histórica dos sertões, desenvolvendo estratégias de resistência, negociação e adaptação diante do avanço das frentes de ocupação. Em muitos casos, a permanência de extensas áreas fora do controle efetivo das autoridades coloniais esteve diretamente relacionada à capacidade desses grupos de defender territórios, controlar rotas de circulação e impor limites à expansão das estruturas administrativas coloniais.

Sob essa perspectiva, os conflitos registrados nas margens dos rios Tocantins e Araguaia não devem ser compreendidos apenas como episódios de resistência localizada, mas como parte das disputas mais amplas pela ocupação e pelo controle dos espaços sertanejos. A história da navegação e do povoamento do Norte de Goiás envolve, portanto, não apenas a ação da administração colonial, mas também a atuação de diferentes populações indígenas que participaram ativamente da construção histórica da região.

A expansão das expedições e a instalação de registros, presídios e povoações provocavam tensões constantes com as populações indígenas que habitavam as margens do Tocantins e Araguaia. Em diferentes momentos, a documentação registra ataques a expedições, destruição de estabelecimentos e resistência indígena ao avanço colonial sobre os sertões do Norte.

A própria política indigenista implementada pela Coroa portuguesa buscava transformar aldeamentos e missões em mecanismos de controle territorial e fixação populacional. Entretanto, a presença colonial permanecia limitada em vastas áreas da região. Mesmo no final do século XVIII, muitas localidades continuavam marcadas pela dispersão populacional e pela fragilidade da autoridade administrativa.

As dificuldades administrativas também comprometiam os projetos de domínio sobre o interior. Durante a primeira metade do século XIX, os presidentes da província de Goiás frequentemente reclamavam da ausência de informações precisas sobre a população do Norte goiano. A precariedade das comunicações e o isolamento das freguesias dificultavam o controle estatístico e administrativo da região.

Em relatório apresentado em 1837, o presidente da província afirmava que “nada poderia ser dito com precisão sobre a população da província”, atribuindo essa precariedade à ausência de mapas populacionais enviados pelos párocos das freguesias. A reclamação evidencia os limites do aparelho administrativo imperial diante da dispersão populacional, das

dificuldades de comunicação e da frágil integração dos sertões do Norte às estruturas governamentais de Goiás.

As próprias autoridades provinciais reconheciam as dificuldades de controle administrativo sobre o Norte goiano. Em 1837, o presidente da província lamentava:

Nada se pode dizer com precisão acerca da população da província, porque muitos párocos deixam de remeter os mapas de nascimentos, casamentos e óbitos, sendo por isso extremamente imperfeitas as informações estatísticas existentes⁸.

O documento demonstra a fragilidade das estruturas administrativas imperiais diante das grandes distâncias, da precariedade das comunicações e da limitada capacidade de fiscalização exercida pelo governo provincial sobre os sertões do Norte.

O mesmo relatório registrava que diversas autoridades locais deixavam de cumprir as determinações relativas ao envio de dados estatísticos, enquanto outras remetiam informações consideradas duvidosas pelo governo provincial. A precariedade dos levantamentos demográficos demonstra que grande parte do território permanecia apenas parcialmente integrada às estruturas administrativas do Império, revelando os limites da interiorização do poder estatal em Goiás.

No ano seguinte, o governo provincial voltou a reclamar que diversas freguesias do Norte, entre elas Carolina, Porto Imperial, Palma e São Félix, não haviam remetido os mapas estatísticos solicitados. Mesmo os dados enviados levantavam dúvidas sobre sua veracidade. A precariedade das informações demográficas demonstra que grande parte do território permanecia distante do controle efetivo das autoridades provinciais.

Essas dificuldades revelam que a ocupação do Norte de Goiás não ocorreu de forma homogênea nem plenamente consolidada. Os rios Tocantins e Araguaia funcionavam simultaneamente como instrumentos de integração e como espaços de incerteza, isolamento e conflito. Se por um lado permitiam a circulação de mercadorias, expedições e autoridades, por outro evidenciavam os próprios limites da presença colonial nos sertões centrais do Brasil.

Desse modo, a história da navegação e do povoamento do Norte goiano deve ser compreendida a partir de suas tensões e contradições. A interiorização do poder colonial permaneceu marcada por fragilidades estruturais, pela dificuldade de controle administrativo e

⁸ RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE GOIÁS, 1837, p. 12.

pela constante necessidade de reafirmação da autoridade da Coroa sobre territórios amplos e ainda parcialmente desconhecidos pela administração provincial.

Conclusão

A história da ocupação do Norte de Goiás esteve profundamente ligada à dinâmica dos rios Tocantins e Araguaia. Ao longo do século XVIII e das primeiras décadas do XIX, a navegação fluvial desempenhou papel central nos projetos de integração territorial promovidos pela Coroa portuguesa e posteriormente pela administração provincial. Mais do que simples vias naturais de circulação, os rios converteram-se em instrumentos estratégicos de ocupação, comunicação e expansão do poder colonial sobre os sertões do interior da América portuguesa.

A análise da documentação colonial demonstra que a navegação esteve diretamente associada à formação de núcleos populacionais, à instalação de presídios e à ampliação das conexões entre Goiás, Pará e Maranhão.

Ao mesmo tempo, o processo de ocupação revelou os limites da própria presença colonial nos sertões do Norte goiano. Os obstáculos impostos pela navegação, os conflitos indígenas, a precariedade administrativa e as dificuldades de controle demográfico demonstram que a interiorização do poder colonial ocorreu de maneira lenta, instável e profundamente marcada por tensões. Os rios funcionavam simultaneamente como caminhos de integração e espaços de incerteza e conflito.

Nesse sentido, a ocupação do Norte de Goiás não pode ser compreendida apenas a partir da mineração ou das tradicionais narrativas sobre as bandeiras paulistas. A navegação dos rios Tocantins e Araguaia constituiu elemento fundamental para a consolidação territorial da região, estimulando formas de circulação, comércio e fixação populacional que contribuíram para a formação histórica do atual estado do Tocantins.

Ao deslocar o olhar para os rios e para as dinâmicas de circulação fluvial, torna-se possível compreender os sertões do Norte goiano não como espaços isolados ou vazios. Eles são territórios historicamente conectados por caminhos de água, expedições, trocas comerciais e projetos de ocupação colonial. Os rios atuaram, portanto, como agentes históricos fundamentais na construção territorial do interior brasileiro.

Os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de compreender os rios como agentes históricos capazes de estruturar formas de circulação, ocupação e integração territorial. Ao deslocar a atenção dos centros mineradores para as dinâmicas fluviais, torna-se possível

perceber que a formação do Norte goiano resultou de processos complexos de interação entre projetos estatais, redes de circulação, populações ribeirinhas e grupos indígenas. A navegação não constituiu apenas um instrumento de deslocamento, mas um dos elementos centrais na produção histórica do território.

Por fim, o estudo da navegação e do povoamento do Norte de Goiás contribui para ampliar as discussões historiográficas sobre interiorização, circulação e formação territorial no Brasil colonial e imperial. Ao recuperar o papel desempenhado pelos rios Tocantins e Araguaia, o presente artigo busca colaborar para a compreensão das múltiplas dinâmicas que marcaram historicamente a constituição do território tocantinense.

Ao evidenciar o papel desempenhado pelos rios Tocantins e Araguaia na articulação dos sertões do antigo Norte goiano, este estudo reforça a necessidade de compreender a formação histórica do Tocantins. Isso ocorre como resultado de longos processos de circulação, ocupação territorial e construção de redes regionais que antecederam em muito a criação político-administrativa do estado em 1988.

Ao evidenciar o papel desempenhado pelos rios Tocantins e Araguaia na ocupação do Norte de Goiás, o estudo também contribui para repensar a própria formação histórica do atual estado do Tocantins. Antes mesmo da criação da unidade federativa em 1988, os caminhos fluviais já articulavam populações, espaços e experiências históricas que conferiam relativa singularidade à região no interior da capitania e posteriormente da província de Goiás.

Referências

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Annaes da Província de Goyaz**. Goiânia: SUDECO, 1979.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio chorographico sobre a Província do Pará**. Belém: Typographia de Santos & Santos Menor, 1839.
- BRAGA, José Peixoto da Silva. Relato da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva. In: **Memórias Goianas do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Goiânia: IHGG, s/d.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ. Goiás, setembro-outubro de 1920.
- CUNHA MATTOS, Raimundo José da. **Chorographia Histórica da Província de Goiás**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, t. 37-38.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

FLORES, Kátia Maia. **O rio Tocantins**: fronteiras, navegação e usos sociais no norte goiano (séculos XIX e XX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/397f80b7-0cfc-44c9-958b-2bdc51870156/content> Acesso em: 21 set. 2026.

FRANÇA, Maria de Souza. **Povoamento do Sul de Goiás em 1872**: estudo da dinâmica da ocupação espacial. Goiânia: UFG, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2002.

OLIVEIRA, Mauro Sérgio Lima. **Historiografia do Tocantins**: percursos, temas e abordagens da produção histórica regional. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2020. Disponível em: [https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/7676/1/Mauro Sérgio Lima Oliveira - Dissertação.pdf](https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/7676/1/Mauro%20S%C3%A9rgio%20Lima%20Oliveira%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf) Acesso em: 21 set. 2026.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: UCG, 1994.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE GOIÁS, 1837.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE GOIÁS, 1838.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE GOIÁS, 1855.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE GOIÁS, 1859.

SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. **O descobrimento da Capitania de Goyaz**. Goiânia: UFG, 1978.

Recebido em: 1 de junho de 2025
Aceito em: 21 setembro de 2026
